



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681400 - SP (2021/0226343-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ANDERSON DOS SANTOS DOMINGUES E OUTROS
ADVOGADOS : ANDERSON DOS SANTOS DOMINGUES - SP221336
KARINA NUNES DE VINCENTI - SP234572
GUILHERME FELIPE BATISTA VAZ - SP316470
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VAGNER APARECIDO PIRES DE CAMARGO (PRESO)
CORRÉU : ALMIR FERNANDES OLIVEIRA FILHO
CORRÉU : MÁRIO DOS SANTOS REIS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, impetrado em favor de VAGNER APARECIDO PIRES DE CAMARGO, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2147801-51.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante como incurso no delito previsto no art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal, sobrevindo decisão que converteu a custódia em preventiva.

Sustentam os impetrantes que não estariam presentes os requisitos necessários para a segregação antecipada do acusado, ressaltando que o delito não foi praticado com violência ou grave ameaça.

Aduzem que o decreto constritivo careceria de fundamentação plausível e idônea, estando lastreado exclusivamente na gravidade em abstrato do delito.

Argumentam que os predicados pessoais do acusado, notadamente a primariedade, lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Afirmam que a aplicação de outras medidas cautelares seriam suficientes para resguardar a ordem pública.

Ressaltam que o flagrante não teria se revestido das formalidades legais, porquanto não teria existido estado de flagrância.

Por fim, observam que a Recomendação n. 62 do CNJ deveria ser aplicada na espécie.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 212/215):

"É que, consoante as informações prestadas pela douta autoridade apontada como coatora, bem como, das informações complementares obtidas no "site"

deste Egrégio Tribunal de Justiça, o ora paciente teve convertida sua prisão em preventiva por suposta infração ao artigo 155, § 4º, inciso II, do Código Penal.

Trata-se de crime, embora não tão grave, o ora paciente ostenta maus antecedentes, o que aconselha, em homenagem a prudência, a manutenção da prisão cautelar, eis que presentes os pressupostos necessários.

Com efeito, presente qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva, estabelecidas pelos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, ou assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, é o quanto basta para a decretação da cautelar. Essa avaliação é de ser feita pelo Juiz da causa, não se podendo exigir dele, nesse momento, por óbvio a mesma certeza que se exige para a condenação:

[...]

Também não pode ser acolhida a alegada falta de fundamentação da r. decisão impugnada. O MM. Juiz de Direito, ao contrário do alegado, apontou, ainda que de forma sucinta, os motivos ensejadores de tal medida.

[...]

Também, nesse passo, não pode ser acolhida a alegação de desrespeito ao princípio constitucional da presunção de inocência, até porque a prisão em flagrante é autorizada pela Constituição Federal (artigo 5º, inciso LXI).

[...]

Recomenda-se, assim, a manutenção da prisão cautelar, porque, como já dito, alhures, existindo prova da materialidade do fato e indícios suficientes de autoria, presentes os requisitos do artigo 312, é o quanto basta para a adoção da medida extrema.

Quanto ao alegado no que tange à aplicação da Recomendação nº 62 do CNJ, igualmente não merece guarida.

O Eg. Conselho Nacional de Justiça, através da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, editada em razão do atual estado de calamidade pública decorrente da pandemia do “Covid-19”, lançou medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos estabelecimentos prisionais. **No entanto, no presente caso, não há informações de que o paciente preenche os requisitos necessários para obtenção da pretendida benesse.**

De se observar, ademais, que a referida recomendação não tem eficácia normativa para determinar eventual revogação de prisão cautelar, limitando-se a orientar que seja adotada, por exemplo, a prisão domiciliar a presos em regime

aberto ou semiaberto e, mesmo assim, quando houver sintomas da doença, o que, no vertente caso, não restou comprovado."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] "é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência